PROJETO DE LEI N° 1.167, DE 2000

REDAÇÃO FINAL

**Autoriza o Poder
Executivo a abrir crédito
adicional, à Lei
Orçamentária Anual do
Distrito Federal, no
valor de R\$ 11.632.830,00
(onze milhões, seiscentos
e trinta e dois mil,
oitocentos e trinta
reais).**

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Anual do Distrito Federal (Lei n° 2.514, de 30 de dezembro de 1999), para o exercício financeiro de 2000, crédito adicional, no valor de R\$ 11.632.830,00 (onze milhões, seiscentos e trinta e dois mil, oitocentos e trinta reais), com a seguinte composição:

I - Crédito Suplementar no valor de R\$ 9.451.425,00 (nove milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), para atender às programações orçamentárias constantes nos Anexos II e III;

II - Crédito Especial no valor de R\$ 2.181.405,00 (dois milhões, cento e oitenta e um mil, quatrocentos e cinco reais), para atender à programação orçamentária constante no Anexo IV.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento do crédito decorrerão de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial, do exercício de 1999, no valor de R\$ 9.451.425,00 (nove milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados, no valor de R\$ 2.181.405,00 (dois milhões, cento e oitenta e um mil, quatrocentos e cinco reais), proveniente das contribuições compulsórias das empresas com incentivos fiscais concedidos pelo Distrito Federal, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o art. 6º, inciso III, da Lei Complementar nº 267, de 15 de dezembro de 1999.

Art. 3º Em função do disposto no artigo anterior, a receita do Fundo da Arte e da Cultura fica estimada no valor constante do Anexo I.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2000.